



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça Federal da 6ª Região

ATA 343

ATA DA 1ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

No dia 1º do mês de outubro de 2024, às 14:30 horas, no Laboratório de Inovações (Iluminas) do TRF6, o Comitê de de Governança da tecnologia da Informação e Comunicação, instituído pela Portaria Presi nº 214/2024, id. 0932660, se reuniu com a presença de todos os seus membros, designados pela Portaria Presi nº 215/2024, id. 0932661, a seguir relacionados:

- Dr. Antônio Francisco do Nascimento - Secretário-geral da Presidência
- Dr. Pedro Henrique Lima Carvalho - Juiz Federal em auxílio à Presidência, responsável pela área de TIC (Coordenador do CGTIC)
- Dr. Lucílio Linhares Perdigão de Moraes - Juiz Federal em auxílio à Corregedoria
- Jânio Mady dos Santos - Diretor-geral da Secretaria - DIGER
- Daniel Santos Rodrigues - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - SECTI
- Marcos Ricardo Cordeiro - Diretor da Secretaria Judiciária - SECJU (Secretário do CGTIC)
- Jacqueline Braga Pelucci - Assessora-Chefe da ASGES

Iniciada a reunião pelo coordenador do CGTIC, Dr. Pedro Henrique Lima Carvalho, foram apresentados e debatidos os tópicos abaixo relacionados constantes do relatório preparatório disponibilizado previamente para os membros do CGTIC.

Foram debatidas e aprovadas as seguintes deliberações acerca de cada tópico pautado:

Tópico 01: Apresentação da Organização e Situação Atual da SECJU e SECTI:

Após uma breve apresentação pelo coordenador das atribuições das unidades SECJU e SECTI, especialmente após a reestruturação administrativa promovida pela Resolução Presi nº 64/2024, com a absorção dos serviços da extinta ASPJU pela SECJU, foi deliberado pela transferência dos atendimentos do público externo (via e-mail), atualmente realizados pela SECTI, para a SECJU, inclusive com a relotação do servidor (e da respectiva função comissionada) responsável

pela atribuição na SECTI. Os diretores da SECJU e SECTI ficaram responsáveis pelas providências administrativas para a efetivação da mudança aprovada pelo Comitê.

Tópico 02: Alinhamento Inicial para Redefinição do Processo de Gerenciamento de Demandas de TI:

Norma atual: Portaria Diger 538/2023 (0560987) - SEI 0014704-65.2023.4.06.8000.

Novo Normativo: SEI 0012921-04.2024.4.06.8000.

O Coordenador relatou necessidade de simplificação do procedimento para abertura de chamados pelos usuários internos do tribunal, em razão do elevado número de processos SEIs autuados para essa finalidade. Propôs que os chamados do público interno passem a ser centralizados exclusivamente no novo sistema JIRA.

Novos chamados realizados pelo SEI, e-mail e Teams deverão ser fechados e devolvidos ao usuário com a nova orientação do CGTIC.

O 1º atendimento dos sistemas judiciais (PJe e eproc) passa a ser feitos pela unidade SUAJU, com eventual encaminhamento da demanda para atendimento pela SECTI.

Os chamados serão classificados em corretivos e evolutivos, sendo que esses últimos ficam suspensos até que as equipes consigam dar vazão à fila de chamados corretivos ainda pendentes.

Os chamados corretivos de baixa complexidade serão priorizados e atendidos pelas equipes da SUAJU ou da SECTI.

Já os chamados corretivos de alta complexidade, uma vez assim caracterizados pelas equipes da área comercial ou de TI, devem ser baixados com a informação de que um processo SEI será autuado pela SECTI ou SECJU para posterior encaminhamento da demanda para priorização pelo CGTIC.

Com relação as demandas evolutivas, o coordenador propôs a criação de grupos de interesse para análise e avaliação prévia da demanda antes da abertura de chamados no JIRA.

Sugeriu também que esses grupos temáticos possam auxiliar nas homologações de novas versões do sistema.

No futuro, será necessário expandir o modelo de grupos de apoio para os órgãos externos (OAB, MPF, Procuradorias etc).

O Dr. Lucílio abordou a questão das demandas do CNJ e comentou que existem muitos processos sobre sistemas tramitando na COGER.

O diretor Daniel defendeu a ideia de criação de grupos de interesse para priorização de melhorias para racionalizar as prioridades.

A Assessora Jaqueline pediu que os novos projetos seja acompanhados pela área de modernização para padronização dos formulários e do procedimento como um todo.

Considerando a restrição momentânea de abertura de chamados evolutivos, o diretor Jânio e o magistrado Lucílio apontaram a necessidade de eventual apresentação de projeto de melhoria nos sistemas, especialmente quando exigidas pelos órgãos de controle e

fiscalização do TRF6 (CNJ, CJF, TCU etc).

Ficou aprovado pelo Comitê a adoção do novo fluxo de chamados apresentado pelo coordenador e deliberado que toda proposta de melhoria será vedada neste momento, exceto aquelas apresentadas diretamente pela DIGER (administrativas), COGER (1º grau) e PRESI/SEGEF (2º grau) e aprovadas pelo CGTIC.

O novo fluxo de demandas será objeto de estudo e nova normatização.

Tópico 03: Definição Estratégica do Projeto de Migração de Processos para o eproc:

Processo do Projeto: SEI 0002880-75.2024.4.06.8000 e 0010688-68.2023.4.06.8000.

O coordenador atualizou o estágio atual da migração dos processos para o eproc e informou que o migrador já está pronto para todo o acervo do 1º grau, exceto para a situação dos processos conclusos, que será liberada em breve. Informou ainda que será liberado nos próximos dias a migração dos processos suspensos/sobrestados, uma vez que o sistema JIRA já está em funcionamento para atendimento dos chamados, em substituição ao sistema e-Siesti.

Estimou que até o final do mês o migrador já estará apto para a migração dos processos do 2º grau.

O diretor Jânio consultou se o comitê seria um espaço adequado para a definição de um cronograma de migração.

O Comitê entendeu que cabe a Presidência (2º grau) e a Corregedoria (1º grau) a definição de eventual cronograma vinculativo para as unidades.

O coordenador ficou autorizado pelo Comitê para estabelecer junto com às equipes técnicas do tribunal as novas etapas da migração bem como baixar orientações para as unidades judiciais acerca da melhor estratégia de migração dos processos.

Tópico 04: Definição Estratégica do Projeto de Estatística e BI:

Processo do Projeto: SEI 0015984-71.2023.4.06.8000 (AWS - Compass), SEI 0012866-53.2024.4.06.8000 (Relatórios eproc e Datajud), SEI 0000434-02.2024.4.06.8000 (Envio Datajud).

O coordenador relatou o procedimento realizado para a contratação da empresa AWS para o desenvolvimento da nova plataforma de *Business Intelligence* (BI).

Ressaltou que no escopo do projeto está prevista a entrega de relatórios iguais aos já disponíveis no sistema e-Siesti do TRF1.

Registrou ainda que a nova solução viabilizará a entrega de dados ao Datajud do CNJ, mas que não está no escopo do projeto a solução para o CODEX que será futuramente integrado na própria solução de BI.

O coordenador estimou, a partir das informações recebidas da empresa responsável, que esta fase do projeto terá duração de cerca de 6 (seis) meses, tempo suficiente para que as equipes do TRF6 tenham

maior domínio do desenvolvimento da ferramenta. O diretor Daniel informou que parte da nova equipe de TI tem expertise para auxiliar a equipe de estatística.

A assessora Jaqueline lembrou da necessidade de elaboração dos relatórios de metas ainda nesta fase do projeto.

O Comitê aprovou a estratégia adotada para a solução do problema.

Tópico 05: Definição Estratégica do Projeto do Sistema de para Envio dos Dados do eSocial:

Processo do Projeto: SEI 0000704-94.2022.4.06.8000 e 0006553-76.2024.4.06.8000.

O coordenador destacou que é o projeto mais importante do TRF6 e, por isso, sugeriu que esteja no topo das prioridades do Comitê.

Ressaltou que a ausência do sistema pode gerar multas para o tribunal e responsabilização para a presidência.

O diretor Daniel posicionou a atual fase da contratação.

O coordenador sugeriu que, se for necessário, qualquer outro projeto seja paralisado/suspenso para não comprometer a evolução desse projeto prioritário.

Todos concordaram com a proposta apresentada pelo coordenador.

Tópico 06: Definição Estratégica do Projeto de Implantação do SERH:

Processo do Projeto: SEI 0015717-02.2023.4.06.8000, 0001217-87.2024.4.90.8000 e 0000609-93.2024.4.06.8000 (relatórios de acompanhamento).

O coordenador esclareceu a importância do sistema para o tribunal e informou a estratégia do CNJ de adotar o sistema do TRF4 (SERH) para todo o Poder Judiciário.

Inicialmente, o cronograma prevê a implantação para os magistrados, mas o CNJ ainda não disponibilizou o ambiente de homologação para o TRF6.

O diretor Daniel posicionou as tratativas com o CNJ e o diretor geral reforçou a necessidade de implantação da solução o quanto antes.

Todos reconheceram a relevância do projeto e a necessidade de se empreender todos os esforços para a priorização da demanda.

Tópico 07: Definição Estratégica do Projeto de Implantação de Novas Versões e Funcionalidades do eproc:

Processos do Projeto:

SEI 0002198-23.2024.4.06.8000 (Versões Nacionais).

SEI 0012863-98.2024.4.06.8000 (Integração via MNI)

SEI 0011464-68.2023.4.06.8000 (BNP)

SEI 0011467-23.2023.4.06.8000 (SEEU)

O coordenador apresentou a estratégia de manter a versão do sistema no TRF6 mais próxima possível da versão em uso no TRF4 e aproveitar as soluções já desenvolvidas por outros tribunais. E ainda de contar com apoio dos grupo de interesse (a serem criados no tribunal e órgãos parceiros) para auxiliar na homologação das novas versões, em conjunto com a equipe da SUAJU.

O coordenador propôs também a expedição de comunicados pelo Comitê sobre a atualização das versões, após homologação pelas equipes da SUAJU e SUDES.

Após a homologação da nova versão pela equipe da SUAJU, caberá ao coordenador a marcação de data e horário de implantação, devendo enviar o processo com antecedência para a SEGEP, com a informação de tempo estimado de implantação e eventual suspensão do sistema, para divulgação e encaminhamento para DIREF, COGER, PRESI (Desembargadores) e para todos os usuários do tribunal e também para os órgãos externos.

A estratégia foi aprovada por todos os membros do CGTIC.

Tópico 08: Definição Estratégica do Projeto Expedição de Certidões:

Processo do Projeto: SEI 0004242-15.2024.4.06.8000, SEI 0000118-83.2024.4.06.8001.

O coordenador explicou o escopo do projeto para a solução provisória desenvolvida pela TI do TRF6, especialmente em razão da demanda surgida com o ano eleitoral.

O projeto local encontra-se avançado, pendente apenas o módulo de análise das certidões positivas. O comitê concordou em reduzir a prioridade do projeto.

Ressaltou também que a integração com o CJF para emissão da certidão unificada da Justiça Federal (<https://certidao-unificada.cjf.jus.br/#/solicitacao-certidao>) somente será possível com a solução de BI no médio prazo.

A estratégia foi aprovada por todos os membros do CGTIC.

Tópico 09: Definição Estratégica da Consulta Processual aos Sistemas Legados:

Processo do Projeto: SEI 0012453-40.2024.4.06.8000.

O Comitê concordou a decisão tomada pelo coordenador de publicar a consulta processual dos bancos do TRF1 dispensando o "inteiro teor" dos processos legados, uma vez que dependeria de solução a ser buscada junto ao TRF1.

O coordenador sugeriu que se surgir a necessidade de acessar o interior teor de algum processo legado, seja providenciado pela vara o desarquivamento do processo e sua migração para o eproc.

A sugestão de finalização do projeto foi acolhida pelo Comitê.

Tópico 10: Definição Estratégica do Projeto de Implantação da Expedição de RPVs e Precatórios no eproc:

Processo do Projeto: SEI 0007890-03.2024.4.06.8000.

O coordenador informou que o projeto está praticamente finalizado, restando apenas a adequação do sistema eproc para a gestão dos precatórios extraorçamentários.

Aproximação da área de negócio e da área de TI representou um modelo para outros projetos a serem desenvolvidos pelo tribunal.

O diretor Marcos ressaltou a importância desse projeto para a autonomia do TRF6 nesta área tão sensível.

O Comitê aprovou a finalização do projeto assim que a rotina dos extraorçamentários estiver disponível.

Tópico 11: Definição Estratégica da Projeto de Implantação do Módulo de Jurisprudência do eproc:

Processo do Projeto: SEI 0012899-43.2024.4.06.8000 (TRF4), SEI 0010995-22.2023.4.06.8000 (TJTO).

O coordenador informou que já houve deliberação da presidência quanto à adoção do módulo desenvolvido pelo TRF4 que possivelmente virá na versão 9.12 do eproc, prevista para dez-24.

Encontra-se pendente o encaminhamento de ofício ao TRF4, solicitando formalmente a ferramenta de jurisprudência e a consulta sobre uma visita institucional de cortesia da presidência do TRF6 para estreitar a parceria entre os dois tribunais.

O comitê aprovou os encaminhamento já adotados até o momento.

Tópico 12: Análise da Lista de Demandas e Priorização:

Processo SECTI: SEI 0004625-90.2024.4.06.8000.

Processo CGTIC: SEI 0012929-78.2024.4.06.8000.

Proposta e definição de uma nova lista até a finalização do trabalho de "Redefinição do Processo de Gerenciamento de Demandas de TI" (0012921-04.2024.4.06.8000).

O Comitê discutiu a lista de priorização de demandas, tendo sido aprovada a lista juntada no PAe 0012929-78.2024.4.06.8000, id. 0948783.

Foi alterada apenas a posição do projeto de desenvolvimento do sistema de certidões que passou para a posição de nº 16 dos itens priorizados.

O diretor Jânio solicitou a inclusão de um sistema de gestão de recursos orçamentários, cuja solicitação será apresentada formalmente pela SECOF.

Foi autorizado o encerramento de projetos "Expedição de expedição de Precatórios da Competência delegada" e "Distribuição da Competência

Delegada" constantes da lista de prioridades.

Encerramento da reunião.

Ao final da reunião, foi deliberado a realização de uma reunião de fechamento das atividades do ano de 2024 no mês de dezembro, em data a ser definida pelo Comitê.

Não havendo mais assuntos na pauta, a reunião foi encerrada pelo Coordenador do Comitê às 17:20 hs.

Eu, Marcos Ricardo Cordeiro, Secretário do Comitê, lavrei a presente ata que vai assinada por todos os participantes.

Belo Horizonte, data do sistema.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo Cordeiro, Diretor(a) de Secretaria**, em 02/10/2024, às 16:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lucilio Linhares Perdigão de Moraes, Juiz(a) Federal**, em 02/10/2024, às 16:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline Braga Pelucci, Assessor(a)-chefe**, em 02/10/2024, às 16:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Santos Rodrigues, Diretor(a) de Secretaria**, em 02/10/2024, às 17:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Francisco do Nascimento, Secretário(a) Geral da Presidência**, em 02/10/2024, às 18:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jânio Mady dos Santos, Diretor-Geral**, em 02/10/2024, às 19:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Lima Carvalho, Membro-Coordenador**, em 02/10/2024, às 20:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0951982** e o código CRC **7CB63F0F**.